UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº17.228 de 25/11/2016
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2021

ACESSO ÀS AÇÕES E AOS SERVIÇOS DE SAÚDE PELA POPULAÇÃO TRANSGÊNERO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Alexandre Paim Bispo[1]; Kleize Araujo Oliveira Souza[2]

1. Bolsista PIBIC/FAPESB, Graduando em Psicologia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: apaimbispo@gmail.com
2. Orientadora, Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: kaosouza@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: Acesso à saúde; Transgêneros; Sistema Único de Saúde

1. INTRODUÇÃO

A compreensão de gênero como uma manifestação psicossocial de um sujeito como homem ou mulher e que orienta o comportamento de socialização indica a transgeneridade como um conceito "guarda-chuva", que abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado ao seu nascimento. Debaixo desse guarda-chuva estão os homens trans, as mulheres trans e as travestis (DE JESUS, 2012).

O não reconhecimento das identidades de pessoas transgêneros impactam direta e incisivamente em sua saúde mental, uma vez que a incongruência com o seu gênero atribuído ao nascimento pode acarretar distúrbios de caráter psicológico acompanhados de tendências à automutilação e ao suicídio (ARÁN, 2006). Isso se dá, principalmente, por essas pessoas se encontrarem em situação de discriminação em diversos ambientes de socialização.

A partir da situação clara de marginalização dessas pessoas, é notório que a garantia de seus direitos constitucionais é violada em diversos aspectos e, assegurá-los, tem sido um grande desafio para as militâncias, que já obtiveram avanços através de cobranças pelas autoridades governamentais. No campo da saúde, foram publicadas diversas políticas públicas em função da garantia do acesso à saúde pela população transgênero (BRASIL, 2008; BRASIL, 2008b; BRASIL, 2011; BRASIL, 2013).

Desse modo, o estudo toma como objeto de investigação o acesso da população transgênero aos serviços e ações do Sistema Único de Saúde, tendo como objetivos específicos: sistematizar um conjunto de evidências científicas sobre o acesso da população transgênero às ações e aos serviços de saúde oferecidos pelo SUS, descrever as ações voltadas para a promoção, proteção e assistência à saúde da população transgênero, oferecidas SUS e identificar as facilidades e dificuldades de acesso da população transgênero às ações e aos serviços de saúde oferecidos pelo SUS, no período de 2008 a 2020;

2. METODOLOGIA

O presente estudo se trata de uma análise qualitativa do acesso aos serviços e ações do SUS pela população transgênero, a partir de uma Revisão Integrativa de produções científicas publicadas de 2008 a 2020. Foram seguidas as etapas dispostas por MENDES et al (2008): 1 – Determinação dos objetivos específicos e da questão central; 2 – Busca de amostras da literatura, estabelecendo critérios de inclusão e exclusão; 3 – Delimitação de informações a serem analisadas; 4 – Análise sistemática dos dados; 5 – Interpretação dos dados; 6 – Síntese dos dados.

Os artigos foram selecionados nas plataformas Portal Medline/PubMed e Scientific Electronic Library Online (SCIELO) através das palavras-chave "Transgêneros/Transgender", "Transexuais/Transexuals", "Acesso à Saúde/Health Access" e "Serviços de Saúde/Health Services", utilizando "e/and" como operador boleano articulador entre as palavras. Os critérios de foram: artigos científicos em português, publicados entre 2008 e 2020, relacionados ao acesso aos serviços e ações de saúde pública pela população transgênero no Brasil. Já os critérios de exclusão foram: artigos em outros idiomas, que abordassem outros grupos identitários dentro da sigla LGBT além de transgêneros, transexuais e travestis, artigos duplicados e artigos de revisão de literatura. Através das buscas, formou-se uma amostra de 14 artigos para compor a revisão.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apreendeu-se que 12 dos 14 artigos selecionados possuíam nível de evidência 4 e os outros dois tratavam-se de produções de nível 5. Para Souza, Silva e Carvalho (2010), evidências de nível 4 são de estudos descritivos (não-experimentais) ou com abordagem qualitativa e as de nível 5 são evidências provenientes de relatos de caso ou de experiência.

Percebeu-se que as produções foram feitas, predominantemente, nas regiões Sudeste e Sul, evidenciando-se uma lacuna de conhecimento quanto ao acesso à saúde pela população transgênero nas demais regiões do país, principalmente a região Norte, que sequer apareceu na amostra. Também foi evidenciado que a maior parte dos artigos foi escrito nos últimos três anos (entre 2017 e 2019), o que pode significar um crescente volume de produções a respeito da população transgênero no SUS.

Ao mapear as ações de promoção e proteção à saúde da população transgênero, notou-se que 10 dos 14 artigos destacaram, como principais ações o estabelecimento do Processo Transexualizador no SUS, a execução da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, o direito ao uso do nome social no SUS garantido na Carta dos Direitos dos Usuários do SUS e ações de visita domiciliar, educação permanente e distribuição de gel e preservativos.

A análise evidenciou como principais ações de assistência à saúde da população transgênero mencionadas em cinco dos artigos selecionados para esta revisão: hormonioterapia e atendimento clínico na Atenção Primária, cirurgias ligadas ao Processo Transexualizador e acesso integral a direitos sexuais e saúde reprodutiva.

As evidências de facilidades no acesso à saúde por parte da população estudada foram escassas e relataram casos isolados e pontuais de bom atendimento, aparecendo em apenas dois artigos da amostra.

As dificuldades de acesso à saúde da população transgênero estiveram presentes em 12 dos 14 artigos analisados e as evidências apontam como principais fatores a condição de transgênero como patológica segundo normativas do DSM seguidas pelo SUS,

episódios constantes de discriminação, incluindo a não adoção do nome social e dos pronomes apropriados, situações de despreparo e ignorância dos profissionais, a distribuição geográfica do Processo Transexualizador desigual, concentrando a sua execução no eixo sul-sudeste e problemas gerais de usuários do SUS, não relacionados à condição de gênero.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto e discutido, conclui-se que os últimos anos trouxeram uma ampliação significativa de política públicas voltadas à saúde da população transgênero e essas pessoas passaram a ocupar mais espaço nos serviços de saúde pública, tensionando debates importantes e desafiando normas baseadas na heteronormatividade. Contudo, ainda há um abismo entre o que foi publicado em documentos como a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (Brasil, 2011), e a (re)existência cotidiana dessas pessoas no SUS.

As evidências trazidas nesta revisão refletem um SUS ainda marcado por preconceito e discriminação, o que impede, portanto, o atendimento ao princípio de integralidade previsto em sua origem. Não obstante, o caminho para a efetivação da saúde integral para as pessoas transgêneros, no país que mais assassina pessoas por transfobia, é através da cobrança enfática para que o que está garantido em legislações e políticas públicas passe a ser efetivado e a integrar o cotidiano da saúde pública brasileira.

Campanhas de educação permanente, adição de temáticas de gênero e sexualidade nos currículos de cursos de saúde e desenvolvimento de estudos científicos que busquem analisar os aspectos pertinentes no acesso à saúde pela população transgênero são algumas ferramentas que podem ser eficazes na garantia do direito à saúde, previsto no 196º artigo da Constituição Federal, mas violado num Brasil que exala transfobia pelas suas veias - infelizmente, o SUS ainda sangra.

5. REFERÊNCIAS

ARÁN, Márcia. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica,** v. 9, p. 49-63, 2006.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria 1707 Define as Diretrizes Nacionais para o processo transexualizador no Sistema Único de Saúde**. Brasília, Ministério da Saúde, 2008.

_____, Ministério da Saúde. **Portaria 457 Regulamentação do processo transexualizador no âmbito do Sistema Único de Saúde.** Brasília, Ministério da Saúde, 2008b.

_____, Ministério da Saúde. **Portaria 2836 Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde**. Brasília, Ministério da Saúde, 2011

_____, Ministério da Saúde. **Portaria 2803 Redefine e amplia o processo transexualizador no Sistema Único de Saúde**. Brasília, Ministério da Saúde, 2013

DE JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião**. Brasília, 2012.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & contexto-enfermagem**, v. 17, p. 758-764, 2008

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, v. 8, p. 102-106, 2010.